

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: agosto de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rura

Índice

Temendo escassez, Japão se volta à agricultura – Javier Blas – Valor Econômico – Agronegócios – 04/08/2009	3
As contradições do campo – Sítio eletrônico da CPT – 04/08/2009	4
MDA lança site com informações sobre a Lei da Alimentação Escolar – Sítio Eletrônico do MDA - 04/08/2009	7
MDA busca aumentar a participação de agricultores no PAA – Sítio Eletrônico do MDA - 07/08/2009	9
Ministro Patrus Ananias destaca desafios para política de segurança alimentar em reunião do Consea – Sítio Eletrônico do MDS – 12/08/2009 ...	11
Alimentação como direito social é tema de audiência pública com participação do MDS – Sítio eletrônico – 12/08/2009.....	12
Menor tributo sobre alimentos – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo-Dinheiro – 15/08/2009.....	14
Ainda um fornecedor de alimentos – Eliane Oliveira - O Globo – Economia – 17/08/2009.....	15
Câmara dos Deputados aprova projeto de lei sobre o SUAS – Sítio Eletrônico do MDS – 26/08/2009.....	17

Temendo escassez, Japão se volta à agricultura – Javier Blas – Valor Econômico – Agronegócios – 04/08/2009

Depois de focarem seus negócios em petróleo, metais e minerais por décadas, as tradings japonesas estão voltando a atenção para as commodities agrícolas, com Tóquio apoiando com entusiasmo a mudança de foco, em meio a temores em relação à segurança alimentar no mundo e no país asiático.

A iniciativa tomada pelas "sogo shosha", como as tradings que atuam no comércio exterior são conhecidas no Japão, acontece no momento em que o governo japonês se prepara para implantar planos no fim deste mês para financiar investimentos em produção de alimentos no exterior. O Japão é o maior importador líquido mundial de alimentos, com compras de mais de US\$ 40 bilhões.

Autoridades japonesas dizem que a crise alimentar de 2007/08 derivou de décadas de baixo investimento na agricultura, opinião que é compartilhada pelo G-8, o grupo dos oito países mais ricos do mundo. Tóquio acredita que a expansão da produção de alimentos, por meio de parcerias público-privadas, ajudará a reduzir riscos.

Mitsui, Itochu e Marubeni, que estão entre as cinco grandes tradings do Japão, estão expandindo suas atuações, penetrando em áreas como soja, óleo de palma, trigo e milho. Mitsubishi e Sumitomo parecem estar mais cautelosas, dizem observadores do setor.

"As tradings japonesas estão se expandindo mais agressivamente, penetrando na agricultura, investindo especialmente em ativos como elevadores [de grãos] e terminais de exportação", disse Philippe de Lapérouse, da consultoria em agronegócios HighQuest Partners sediada em St Louis, nos EUA.

A decisão poderá provocar atritos com as grandes do setor de commodities agrícolas nos EUA, ADM, Bunge, Cargill e a Louis Dreyfus, da França.

Richard Feltes, diretor da área de análise de commodities na corretora MF Global, em Chicago, diz que os novos concorrentes precisarão comprovar a sua competitividade com a oferta de preços melhores e sistemas logísticos mais eficazes num mercado difícil. "Pode ser feito", diz. "Mas eles estão enfrentando concorrentes de grande porte que têm operado no comércio internacional de commodities agrícolas por décadas".

A abordagem japonesa difere da praticada em países como Coreia do Sul e Arábia Saudita, que querem garantir recursos para alimentar as suas próprias populações. Em vez disso, Tóquio e as tradings querem incrementar o abastecimento global por meio da busca de oportunidades no exterior.

Além dos seus países de origem, onde a demanda por grãos e oleaginosas é relativamente estável, especialistas dizem que as tradings japonesas procuram saciar o apetite voraz por soja e grãos na China e demais lugares na Ásia, especialmente no Vietnã, Tailândia e Filipinas, ou em países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita.

Na busca de acesso ao mercado chinês, a Itochu se aliou à Cofco, maior processadora de grãos da China, enquanto a Marubeni formou no ano passado uma joint venture com a Sinograin, uma companhia estatal para armazenagem de grãos e oleaginosos.

A Mitsui, segunda maior trading do Japão, está investindo em terras agrícolas no exterior, incluindo a compra, há dois anos, de 100 mil hectares de terra no Brasil, para assegurar a sua própria fonte de commodities agrícolas. A Itochu, quarta maior trading, quer dobrar o volume de grãos e oleaginosas que comercializa, das atuais 11 milhões a 12 milhões de toneladas para 20 milhões de toneladas em 2011, após concluir a construção de um terminal de exportação na costa do Pacífico dos EUA.

O International Finance Corporation (IFC), órgão do Banco Mundial que financia o setor privado, irá ampliar os empréstimos ao setor de agronegócios em até 30% nos próximos três anos, à medida que promove o papel do setor privado no combate contra a fome.

A decisão ocorre no momento em que o IFC informa que concedeu ao agronegócio soma recorde de US\$ 2 bilhões no seu ano financeiro de 2009, encerrado em 30 de junho, frente aos US\$ 400 milhões concedidos cinco anos atrás. O órgão disse que a alta nos empréstimos foi uma resposta ao "aumento global nos preços dos alimentos".

Líderes mundiais reunidos no mês passado na cúpula do G-8 na Itália concordaram em colocar "ênfase no crescimento privado" para fazer frente à fome global.

Oscar Chemerinski, diretor de agronegócios globais do IFC, disse que a crise alimentar intensificou as preocupações com segurança alimentar e disse que o órgão planejou elevar o volume de empréstimos ao agronegócio em até US\$ 2,4 bilhões no ano fiscal de 2010 (**Tradução de Robert Bánvölgyi**).

As contradições do campo – Sítio eletrônico da CPT – 04/08/2009

Enquanto 43% das terras brasileiras são ocupadas pelos latifúndios, 70% da produção de alimentos são de responsabilidade dos agricultores camponeses

“É fundamental que façamos este debate. Uma estratégia pautada na soberania alimentar, além de assegurar alimentos à população em situações de crise, é uma política altamente inclusiva”. A fala é da professora adjunta do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Eliane Tomiasi Paulino, ao afirmar a importância de discutir as reais consequências geradas a partir do modelo de agricultura comercial adotado no Brasil. Resultados que serão abordados durante a 24ª Romaria da Terra do Paraná, que ocorre no próximo dia 16 de agosto, em Marilândia do Sul, região norte do estado.

Para Paulino não podemos atribuir o atual modelo somente ao processo de colonização. Segundo ela, instaurado o regime de propriedade privada no Brasil com a Lei de Terras de 1850, este modelo de agricultura, regulado na concentração, foi reafirmado. “O que tínhamos antes da Revolução Verde era uma grande concentração de mão-de-obra humana e animal nas lavouras, principalmente nas plantações de café. É o que chamamos de acesso precário às terras. Os camponeses não eram proprietários de terra, mas trabalhavam nela”, explicou.

Foi a partir da década de 1960 que o campo brasileiro passou, segundo Paulino, pela chamada modernização conservadora que tem como pilar modernizar os grandes latifúndios em busca de qualidade e alta produtividade. Tudo isso acompanhado pela adubação química e mecanização, tendo como foco a exportação. É chegada a Revolução Verde, onde a mão-de-obra do camponês foi substituída pelo uso das máquinas. “Estima-se que entre os anos de 1970 e 1980 cerca de 30 milhões de brasileiros foram despejados nos centros urbanos”.

É neste contexto que há o inchaço das populações urbanas e, conforme Paulino, os impactos são generalizados, pois, segundo ela, a concentração de terras impede a geração de renda. “As pessoas são expulsas do campo, vão para cidade e engrossam a massa industrial. Quanto maior a oferta, menor o valor. Resultado: salários baixos, favelas, violência. A cidade é a cara do agricultor e ela não o inclui pelo trabalho. Afinal, quem fica satisfeito e amistoso quando não se tem onde morar e o que comer? As pessoas urbanas só se relacionam com o campo quando vão ao mercado e percebem que o preço dos alimentos está mais caro”, analisou a professora que ainda afirmou que este processo ainda não acabou. Para ela o modelo da agricultura brasileira vai desempregar cada vez mais. “E os centros urbanos não suportam mais esta demanda”, alertou.

Segundo Eliane Tomiasi Paulino, este modelo que conhecemos hoje como agronegócio é extremamente sedutor pelas facilidades que proporciona nos manejos agrícolas. Já a produção pautada na Agroecologia, por exemplo, exige uma imensa quantidade de processos artesanais, o que desestimula os pequenos agricultores. A professora acredita que esta é uma competição desleal, mas que a aplicabilidade da Agroecologia em busca da Soberania Alimentar não é impossível, contudo exige uma reconstrução do modelo agrícola. “Não existe nada na sociedade que realmente estimule o processo orgânico”, observou.

“Nem a modernização e nem o dinheiro fez o agronegócio produzir”

Atualmente o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking dos maiores exportadores de alimentos do mundo. É com esta imagem, reafirmada constantemente na mídia, que o agronegócio foi socialmente legitimado como o sustentador da economia nacional. Todavia, conforme dados de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agropecuária contribuiu com apenas 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Já a indústria colaborou com 29,8% e o setor de serviços com 63,7%. Não bastasse, o Brasil perde para a Holanda que ocupa o segundo lugar em exportações de alimentos no mundo. Vale lembrar que o território da Holanda é menor do que o estado de Sergipe.

Além disso, de acordo com dados do último censo agropecuário brasileiro publicado (referente aos anos de 1995 e 1996), informados à reportagem pela professora, a agricultura camponesa é responsável por 70% da produção de alimentos no país.

Segundo as amostragens apenas 21,8% do rebanho bovino encontra-se nos grandes estabelecimentos, 37,7% estão nos pequenos estabelecimentos. Na produção do arroz, os grandes contribuem com 18,4%, enquanto os pequenos com 38,9%. No caso do feijão a diferença é enorme, os pequenos são responsáveis por 78,5% da produção nacional, já os grandes estabelecimentos produzem apenas 4,6%.

Esta discrepância também ocorre com o milho (54,4% produzidos por pequenos e 10,8% pelos grandes) e com o trigo (60,6% produzidos pelos pequenos e 4,2% pelos grandes estabelecimentos). A soja, símbolo do agronegócio, também tem sua produção concentrada nos pequenos estabelecimentos. Enquanto os grandes produzem 21,9%, os pequenos são responsáveis por 34,4% da produção nacional.

Além de apresentarem grandes diferenças na produção, estes estabelecimentos também se divergem em geração de renda. Enquanto os pequenos respondem por 86,6% de todos os empregos e ocupações no campo, os grandes geram apenas 2,5% deles. “Não podemos esquecer que 43,7% das terras do país são ocupadas por apenas 50 mil estabelecimentos (0,9%) com mais de um mil hectares e que três milhões de propriedade com até dez hectares (52,9%) ocupam apenas 2,7% da área total do país”, ressaltou.

Eliane Tomiasi Paulino também salientou que com a reafirmação do agronegócio, cada vez mais perdemos políticas voltadas em busca da soberania alimentar, mesmo à frente de inúmeros problemas causados pelo atual modelo agrícola. Um exemplo citado pela professora foram os recentes pacotes agrícolas, referentes ao plano safra 2009/10, lançados pelo governo federal em que R\$ 93 bilhões serão disponibilizados para financiar a safra agrícola comercial, enquanto R\$ 15 bilhões serão destinados a agricultura familiar.

Soberania alimentar: uma lógica simples e inclusiva

Eliane Paulino acredita que este processo de modernização conservadora que acarretou inúmeros problemas sociais e ambientais para o país e para o mundo, tem volta.

Basta inverter a lógica do estado brasileiro. “É só inverter os pacotes agrícolas. Investe R\$ 15 bilhões na agricultura comercial e R\$ 93 bilhões na familiar. Este já seria um grande passo”, sugeriu Paulino que ainda ressaltou a importância da reforma agrária para a concretização deste processo.

Para a professora a soberania alimentar é a política mais estratégica para a geração de renda, além de ser altamente inclusiva. “Ela mantém os camponeses no campo. Isso gera mais produção. São mais pessoas produzindo. Mais renda para movimentar o comércio da região. É uma lógica simples”, argumentou Eliane que ainda lembrou que esta é uma política agrícola adotada na maioria das sociedades mais desenvolvidas do mundo, como os países da Europa.

Ela também ressaltou que a participação da Igreja neste debate é fundamental, pois, de acordo com ela, esta instituição tem forte penetração na sociedade em geral. “Este debate é mais eficaz quando é realizado no plano religioso do que a mídia, pois a Igreja tem maior confiabilidade perante a população”. A professora acredita que estes momentos, como as Romarias da Terra, representam um engajamento coletivo necessário para buscar mudanças. “Só haverá mudança se houver mobilizações coletivas permanentes”.

MDA lança site com informações sobre a Lei da Alimentação Escolar – Sítio Eletrônico do MDA - 04/08/2009

Foi apresentado na tarde desta terça-feira (4) o site da Alimentação Escolar, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para disponibilizar informações da agricultura familiar relacionadas à Lei 11.947/09. A Lei determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar.

A página está disponível desde a tarde desta terça e foi apresentada durante o curso de formação de monitores do FNDE, que ocorre até quarta-feira (5), em Brasília. O evento é voltado para nutricionistas da região Centro-Oeste, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e articuladores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

No endereço <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar> gestores públicos, organizações, nutricionistas, assistência técnica, entre outros, têm acesso aos instrumentos legais para a implementação da lei nos municípios brasileiros, como a íntegra da Lei 11.947/09 e a resolução nº 38 do FNDE que trata da sua regulamentação.

O site traz, também, informações sobre o número de agricultores familiares por município e quais têm a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), os recursos projetados pelo FNDE para a compra da alimentação escolar, informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros assuntos. O link Fale Conosco vai permitir um canal de comunicação dos interessados na lei da alimentação escolar para tirar dúvidas ou obter mais informações.

Como

comprar

O coordenador do Programa de Alimentação Escolar e do PAA da SAF/MDA, Luiz Humberto da Silva, explica que o site também conta com um ‘passo-a-passo’ de como adquirir produtos da agricultura familiar. Entre os passos, estão: conhecer a produção local da agricultura familiar, mobilizar as organizações dos agricultores e apresentar estas organizações aos gestores públicos e ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município.

Segundo Silva, o site surgiu da necessidade de reunir todas as informações sobre a lei da alimentação escolar em um local de acesso a todos os interessados, além de ser um instrumento de divulgação, principalmente para os municípios que vão precisar adquirir produtos da agricultura familiar e, também, para os próprios agricultores, para que possam se organizar e acessar este novo mercado. “Em um só espaço vamos unir informações, legislações, a divulgação da lei sobre alimentação escolar e, ainda, ser um canal para aproximar o ambiente da agricultura familiar dos gestores públicos municipais”, avalia o coordenador.

A intenção é que a página seja a cada dia mais enriquecida com subsídios para o público interessado na aquisição de produtos da agricultura familiar. O coordenador explica que o FNDE também irá contribuir com dados, informações e normativos necessários para pôr em prática a lei.

Para a representante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do FNDE, Maria Luíza da Silva, o site é fundamental por concentrar as informações necessárias para a aquisição dos produtos da agricultura familiar para que gestores e agricultores possam se organizar. Ela destacou que o site é resultado do “elemento interministerial”, a parceria que envolve três ministérios: MDA, MEC e MDS.

Oportunidade

Os 30% do orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 2009 correspondem a cerca de R\$ 600 milhões. Esses recursos devem ser aplicados, obrigatoriamente, na aquisição de produtos da agricultura familiar. Estima-se que, com essa medida, em torno de 250 mil famílias agricultoras serão beneficiadas diretamente. Com a

lei, a previsão é de que por volta de 47 milhões de alunos da rede pública de ensino de todo o País terão a oportunidade de consumir produtos oriundos da agricultura familiar.

MDA busca aumentar a participação de agricultores no PAA – Sítio Eletrônico do MDA - 07/08/2009

Técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) promovem em Jequié, na Bahia, uma capacitação voltada à elaboração eletrônica de propostas de venda de produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Nesta sexta-feira (7), até o final do dia, 42 participantes do treinamento, assessorados por técnicos da Conab, irão finalizar projetos de comercialização de produtos de agricultores familiares do Vale do Jequiriçá e do Território de Identidade Médio Rio das Contas (municípios de Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagiba, Itamari, Jequié, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã).

Iniciada nesta quinta-feira (6), a atividade em Jequié conta com a participação de representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social da Bahia (Sedes); da Empresa de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac); além da consultora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Andréia Geisa Trabuco, e do coordenador do Programa de Alimentação Escolar do MDA e do Programa de Aquisição de Alimentos (modalidades ligadas à agricultura familiar), Luiz Humberto.

Criado em 2003, o PAA é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo garantir que populações em situação de insegurança nutricional tenham acesso à alimentação na quantidade e regularidade necessárias. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos, permitindo que agricultores familiares armazenem a produção para comercializá-la em períodos de melhor cotação no mercado. O Programa é desenvolvido em parceria pelo MDA, MDS, governos estaduais, municipais, organizações da agricultura familiar e entidades de assistência social.

PAA e agricultura familiar

Uma das linhas do Programa de Aquisição de Alimentos executadas pelo MDA é a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, cuja finalidade é reforçar os instrumentos de apoio à comercialização dos produtos desse segmento produtivo. O modo de funcionamento é simples. Uma organização de agricultores familiares, juntamente com seus associados, identifica a possibilidade de formação de estoque de determinado produto e

elabora uma proposta de participação, por meio da ferramenta de elaboração de propostas PAAnet, que é entregue às superintendências estaduais da Conab.

Na proposta, são definidos os produtos a serem estocados, o valor de venda, o prazo para a formação de estoque e os agricultores que serão beneficiados. Se aprovada a proposta, a organização emite a Cédula de Produtor Rural (CPR) e, na sequência, a Conab disponibiliza recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a aquisição dos alimentos, que devem ser da safra atual e produzidos essencialmente por agricultores familiares.

Outra modalidade do PAA operada pelo MDA é a Compra Direta da Agricultura Familiar. Essa linha foi criada para possibilitar a compra da produção de agricultores familiares diante de situações como queda de preço dos produtos ou atendimento às populações de baixa renda que vivam sob risco de insegurança alimentar. O valor máximo de comercialização por agricultor familiar é definido anualmente. São dez os produtos amparados por essa modalidade: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, leite em pó integral, milho, sorgo e trigo.

A Compra Direta da Agricultura Familiar é operacionalizada pelo Conab, mas os recursos são do MDA e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Se estiver in natura, o produto a ser comercializado deve estar limpo, seco, enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Quando beneficiado, o produto deve estar acondicionado e nos padrões definidos pelos órgãos competentes.

Políticas

Públicas

Além da propagação dos modos de incluir a agricultura familiar nas modalidades do PAA, a capacitação em Jequié está servindo para divulgar outras políticas públicas do MDA. Luiz Humberto aproveitou para repassar aos participantes as últimas informações sobre a Lei 11.947/09, cuja determinação é que pelo menos 30% do recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar sejam gastos com a compra de produtos da agricultura familiar. Nesta semana, o MDA lançou um site (<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>) sobre o tema.

As novidades do Plano Safra 2009/2010, que oferecerá R\$ 15 bilhões à agricultura familiar brasileira, também foram divulgadas entre os participantes da capacitação. Entre as mudanças do Plano, estão a ampliação do limite de financiamento de R\$ 1,5 mil para R\$ 2 mil e a alteração de R\$ 5 mil para R\$ 6 mil do teto do enquadramento referente à renda bruta do agricultor. Essas mudanças valem para o microcrédito rural (grupo B).

No Pronaf Mulher, ocorreu a ampliação do acesso de uma para até três linhas de custeio ou investimento para mulheres agricultoras de unidades familiares de produção que já acessam financiamentos por meio dos Grupos A ou A/C (custeio ou investimento da reforma

agrária). Nesta safra, a linha Mais Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) passou a incluir culturas como apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca, suinocultura e a produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo.

Ministro Patrus Ananias destaca desafios para política de segurança alimentar em reunião do Consea – Sítio Eletrônico do MDS – 12/08/2009

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, abriu a XII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) nesta quarta-feira (12/8), em Brasília, destacando os desafios para a política de Segurança Alimentar e Nutricional no país. Ao lado do presidente do Consea, Renato Maluf, ele citou a importância da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 47/2003), que coloca a alimentação como um direito humano garantido na Constituição e fez também um balanço das ações do Ministério e do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Social, realizado pela Pasta na semana passada.

Patrus Ananias avaliou como positivo o trabalho do MDS nesses cinco anos de existência. "Estamos conseguindo acabar com a fome extrema no Brasil. Temos ajudado as famílias a saírem dessa condição e agora vamos levar outros direitos a elas", afirmou o ministro, acrescentando que "para isso o Ministério tem um orçamento anual R\$ 33 bilhões, que é significativo para os programas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar e nutricional".

A crise econômica mundial que tem afetado muitos países teve menos impacto no Brasil, segundo o ministro, justamente por conta da manutenção das políticas sociais. "O Brasil não embarcou na onda que muitos países fazem quando passam por crises, que é cortar orçamento das políticas sociais. Pelo contrário, o presidente ampliou a assistência aos mais pobres", disse, lembrando o estudo do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA) que mostra que 500 mil pessoas saíram da condição de pobreza no período de outubro de 2008 a junho de 2009.

Para o ministro, o desafio agora é consolidar essa grande rede de integração social. "Em muitas favelas e conjuntos habitacionais existem ações do Estado para atender à população nas áreas de saúde, educação, segurança pública e assistência social. No entanto, os gestores desses programas não têm relação entre si. Fazer essa integração é um desafio forte", reforçou ele, que ressaltou ainda a importância do Pacto Federativo como forma de discutir mais ações sociais.

O Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Social, promovido pelo MDS na semana passada em Brasília, segundo o ministro, levantou questões importantes para esse debate, como a crise de valores, que envolve temas ambientais e sociais. "O que vamos querer no futuro para nossos filhos e netos?". O ministro analisa que hoje o dinheiro é colocado como a única referência para a vida e, por isso, eclodiu a crise econômica mundial com investimentos financeiros virtuais. "Precisamos pensar nas bases que queremos contribuir para as relações humanas".

O ministro, que é secretário-geral do Consea, aproveitou a reunião para pedir apoio aos conselheiros para a aprovação de dois projetos do MDS em tramitação no Congresso Nacional. Um é o projeto de reestruturação do Ministério, que cria a carreira de Analista de Políticas Sociais. O outro é o que estabelece novas regras para certificar as entidades filantrópicas. O "MDS trabalha de uma forma muito ética e republicana. Estamos cada vez mais normatizando nossos programas para serem políticas de Estado. Por isso, é importante a aprovação desses projetos".

A reunião do Consea também teve a participação do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira; do representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Brasil (FAO), José Tubino; e representantes dos Conseas estaduais.

Alimentação como direito social é tema de audiência pública com participação do MDS – Sítio eletrônico – 12/08/2009

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 47/2003, que inclui a alimentação entre os direitos sociais previstos no Artigo 6.º da Constituição Federal, estará em discussão nesta quinta-feira (13/8), a partir das 9h30, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). Entre os convidados para a audiência pública estará o secretário nacional de Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O requerimento para o debate foi proposto pelos deputados Luiz Couto (PT-PB) e Pedro Wilson (PT-GO), da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A comissão foi convidada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) a integrar a campanha nacional em defesa da aprovação da PEC. Participam também da audiência o presidente do Consea, Renato Maluf; o deputado Nazareno Fonteles (PT/PI) e a conselheira do Consea e vice-presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), Valéria Burity.

A PEC 47/2003 - de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) - já foi aprovada no Senado Federal e atualmente tramita na Câmara dos Deputados. A campanha de mobilização criada pelo Consea tem como objetivo sensibilizar os deputados para que aprovelem a matéria até 16 de outubro, data em que a comunidade internacional celebra o Dia Mundial da Alimentação.

Apesar de ser um dos principais direitos humanos, e embora o Brasil ainda conviva com o histórico problema da fome, o direito à alimentação não está incluído entre aqueles previstos como direitos sociais na Constituição brasileira. “Precisamos colocar a alimentação no campo dos direitos fundamentais. Deve ser um direito permanente e não algo que dependa apenas da boa vontade das pessoas. É necessária uma norma jurídica”, salienta o ministro Patrus Ananias.

A garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável está expressa em vários tratados internacionais, ratificados e conhecidos pelo governo brasileiro, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, e a Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996. Nestes pactos, os chefes de Estado reafirmaram “o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome”.

A coordenação da campanha é feita em parceria pelo Consea, Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, fóruns, redes e movimentos ligados à temática. Quem quiser apoiar a campanha, pode participar de um abaixo-assinado eletrônico que se encontra no site: www.planalto.gov.br/consea. Neste endereço eletrônico, há também matérias sobre as mobilizações e notícias sobre eventos.

Adriana

Scorza

SERVIÇO

Audiência Pública na Câmara dos Deputados – participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Data: 13 de agosto de 2009 (quinta-feira)

Horário: 9h30

Local: Plenário 8 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília (DF)

Menor tributo sobre alimentos – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo- Dinheiro – 15/08/2009

A REFORMA tributária é tema dos noticiários há tantos anos que perdeu importância relativa: a sociedade em geral se desinteressa pelo assunto em razão do seu não encaminhamento e da sua não solução. Adicionalmente, a complexidade da matéria reduz a capacidade de sua discussão. E, por último, há uma sensação de que alguma coisa está errada, porque nem tudo é claramente explicado, parecendo que interesses escusos atravancam o processo.

Na verdade, por trás do problema estão mesmo interesses muito distintos: tributos federais, estaduais e municipais compõem uma intrincada malha cuja modificação pode diminuir a arrecadação de uma ou mais daquelas instâncias. Como temos eleição a cada dois anos, ora candidatos a prefeito, ora a governador, ora para os diferentes Paramentos, colocam resistência a uma reforma que possa eventualmente provocar algum desequilíbrio aos respectivos Tesouros.

Mas não é possível continuar com a atual carga tributária, que, em 2008, correspondeu a 35,8% do nosso PIB. Tamanha carga inibe investimentos e perturba o desenvolvimento. Ciente disso, recentemente o governo federal reduziu o IPI para a venda de automóveis, garantindo a continuidade do desempenho do setor, mesmo em tempos de crise. Por outro lado, impostos muito elevados estimulam a sonegação. Quando governava São Paulo, Geraldo Alckmin reduziu de 25% para 12% o ICMS sobre o etanol; como resultado, a arrecadação cresceu e a sonegação diminuiu. É evidente, como regra geral, que impostos menores estimulam investimentos produtivos e desestimulam os sonegadores. Mas, no caso dos alimentos, há um dado adicional. Recentes estudos realizados pelo Departamento do Agronegócio da Fiesp, em parceria com a FGV, mostram que as famílias de menor renda (até R\$ 2.000/mês), que representam 71% da população brasileira, gastam quase 20% de seus salários com alimentação.

A carga tributária brasileira sobre alimentos é uma das maiores do mundo, com média de 16,9%, enquanto na Europa é de 5,1%, e, nos Estados Unidos, menor que 1%. Desse modo, fica claro que a desoneração do PIS/Cofins da cesta básica e das carnes tem um efeito direto na melhoria da distribuição de renda no país. E, para mexer nele, não precisa haver disputa com governos estaduais e municipais, porque PIS/ Cofins é tributação exclusivamente federal.

No ano passado, estima-se que a arrecadação desses tributos sobre os produtos referidos (açúcar, arroz, biscoitos, café, carnes, farinha, feijão, frango, leite, macarrão, margarina, óleo de soja e pães) tenha sido de R\$ 3,6 bilhões. O estudo mostra que, se todas as famílias deixarem de pagar essas contribuições, haverá um extraordinário efeito em cascata na economia, porque irão consumir mais alimentos e outros produtos, o que levará a um crescimento de 1,7% do PIB em até três anos. Como se explica isso? Simples: o aumento da demanda sobre bens de consumo em geral exige aumento de sua produção. Isso gera investimentos, empregos e mais renda em diferentes setores (alimentos,

vestuário, eletrodomésticos, móveis e utensílios), levando ao referido crescimento do PIB. São números importantes e de resultado tão direto sobre a renda das famílias quanto o próprio Bolsa Família. E, com custos menores, podem até mesmo ser um elemento para reduzir tais gastos no futuro.

ROBERTO RODRIGUES, 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

rr.ceres@uol.com.br

Ainda um fornecedor de alimentos – Eliane Oliveira - O Globo – Economia – 17/08/2009

Apesar de agora exportar também aviões, Brasil volta a priorizar itens primários

De mero exportador de café, no fim da década de 60, a player internacional, o Brasil se consolidou, ao longo dos últimos 40 anos, como fornecedor de alimentos do mundo. É o segundo maior exportador de produtos agropecuários do planeta, perdendo a liderança apenas para os Estados Unidos (EUA), e vive uma espécie de volta ao passado, com o aumento da participação de itens primários em sua pauta de exportações. Estes tomam lugar arduamente conquistados pelos manufaturados, alguns muito sofisticados, como os aviões da Embraer.

Mas muita diversidade também foi conquistada nestas quatro décadas: apesar de os cinco maiores itens de exportação nacional continuarem produtos básicos, em 1969 elas representavam 68,9% dos embarques, enquanto hoje somam 30%.

Os principais clientes também mudaram. Em 1969, EUA e Europa compravam 66,9% da produção do país. A Ásia é hoje o maior comprador.

Ela, União Europeia (UE) e América Latina respondem por 67,4% da pauta brasileira. Os EUA são o quarto destino (10,45%). Industrializados no topo em 2000

condição de maior exportador de carnes bovina e de frango, suco de laranja, açúcar, café, etanol e complexo soja ajuda o país a se tornar alvo preferencial da China, que puxa o crescimento da demanda mundial.

Os preços subiram, e a parcela de produtos básicos no total exportado chega, atualmente, aos níveis de 1979: 36,9%, contra 13,7% de semimanufaturados e 46,8% de manufaturados, segundo um levantamento da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB). Em 2000, por exemplo, os produtos industrializados chegaram ao topo, com participação de 59,1%.

— Esse passado revisitado não é uma tendência. Logo, logo os investimentos realizados pela China em commodities agrícolas e minerais vão maturar, e o apetite dos chineses vai diminuir — disse o vice-presidente da AEB, José Augusto de Castro.

No agronegócio, o Brasil só não é autossuficiente em trigo e insumos agrícolas.

Precisa importar quase tudo para atender ao consumo interno.

Na parte industrial, disputa em todos os continentes mercados sofisticados, como o de aviões, automóveis e celulares, e estratégicos, como minério de ferro, siderúrgicos e petróleo.

Mas a economia brasileira não dispõe de produção própria de itens fundamentais para atrair investidores de porte. Depende da importação de semicondutores e eletroeletrônicos usados principalmente, pelos setores de comunicações e informática.

Em 1969, o Brasil seguia a receita de diversos países da América Latina, como Argentina, México e Chile, que decidiram adotar uma política de substituição de importações para permitir o surgimento de seus parques industriais. O café brasileiro era quase a metade das vendas ao mercado externo, e o total exportado não passava de US\$ 2,311 bilhões, valor infinitamente menor do que o registrado em 2008: US\$ 197,942 bilhões.

— Hoje, não se pode mais falar em acordos multilaterais sem a participação do Brasil. No passado, porém, o comércio internacional era visto com muita desconfiança pelo governo, e isso gerava uma estrutura extremamente burocrática e intervencionista — afirmou o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral.

Em sua opinião, a grande revolução no comércio exterior brasileiro ocorreu após os anos 90, com a redução das tarifas de importação, que levou setores importantes da economia, com destaque para o agronegócio, a se reestruturarem, tornando-se mais competitivos. Os acordos comerciais na região, com destaque para o Mercosul, também ajudaram a diversificar a pauta.

Anos 70: ‘Exportar é o que importa’

A melhora nas vendas de produtos industrializados só foi sentida a partir da década de 70, quando o governo lançou medidas para incentivar as exportações de manufaturados.

A principal é hoje debatida nos Três Poderes: o crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que desde 1969 previa a compensação do tributo recolhido nas exportações.

Na década de 70, em plena ditadura militar, foi criada a expressão “exportar é o que importa”. Reserva de mercado para as indústrias nacionais se protegerem das importações, com alíquotas elevadas e proibitivas, configuravam um cenário que incluía subsídios a crédito, insumos, preços, pesquisa, extensão a assistência técnica na agricultura. Na década de 90, até o início dos anos 2000, porém, quando o setor produtivo teve de passar por um processo de reestruturação para enfrentar a concorrência externa, o governo passou a defender uma pauta de exportação não apenas mais robusta, mas com maior valor agregado. E surgia outro slogan: “Importar para exportar”.

— Quando comecei a trabalhar profissionalmente, o Brasil era um fazendão.

Tínhamos um comércio muito parecido com o de alguns países da África. Os manufaturados representavam menos de 1% da pauta e os mercados de destino se concentravam nos EUA e na Europa. Estávamos de costas para a América Latina — disse o tradutor, diplomata e presidente do conselho da Brasil Ecodiesel, Jorio Dauster, que participou de grandes negociações internacionais, inclusive da dívida externa brasileira.

Dauster afirma que não vê problema em o Brasil ainda ter como ponto forte na pauta os produtos primários. Mas alerta sobre a vulnerabilidade de um país que depende da

exportação de commodities e, ao mesmo tempo, não tem qualquer controle suas cotações.

Ele destaca a desaceleração da economia mundial, por causa da crise financeira, e a valorização do real em relação ao dólar, que encarece as exportações e torna mais baratas as importações. Os itens mais atingidos são os manufaturados, que têm maior valor agregado na pauta.

DE PEQUENOS NEGÓCIOS A GRANDES EXPORTADORES, na página 14

Câmara dos Deputados aprova projeto de lei sobre o SUAS – Sítio Eletrônico do MDS – 26/08/2009

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (26/8), o Projeto de Lei nº 3077/2008, de autoria do Poder Executivo, que transforma em lei o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado no Brasil em julho de 2004 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais. O projeto será encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação e à de Constituição e Justiça em caráter conclusivo. Caso aprovado, será enviado ao Senado Federal. Se os senadores votarem favoravelmente ao PL, ele entrará em vigor após sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



NEAD
Núcleo de Estudos em Políticas de Desenvolvimento Rural

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

